

## FUP INICIA CAMPANHA PELA PLR JÁ

### Lucro da empresa sobe e a provisão da PLR cai

Em reunião no último dia 22, de acordo com as deliberações das assembleias dos Sindicatos, a diretoria da FUP iniciou a Campanha pela PLR 2004. Na abertura da reunião da Comissão de PCAC, na sexta-feira, 25, a Federação cobrou da empresa, além da negociação da PLR 2004, o início da negociação da PLR 2005 para que o acordo seja assinado ainda este ano.

Na sexta-feira, 25, a Petrobrás S.A. Controladora apresentou seu balanço financeiro. O lucro líquido da empresa em 2004 foi de R\$ 17,7 bilhões, 1,31% maior do que em 2003. A PLR de 2004 provisionada pela empresa foi de R\$ 660 milhões, o que significa uma redução de 15,05% em

relação a 2003, quando a PLR foi de R\$ 777 milhões. A título de dividendos, os acionistas receberão, no total, R\$ 5,04 bilhões. No dia 15 de fevereiro, os acionistas receberam o adiantamento de R\$ 3,29 bilhões.

Para a Federação, o valor de R\$ 660 milhões confirma a informação dada em reunião anterior com a diretoria da empresa de que a Petrobrás está seguindo a orientação que teria sido dada pelo Ministério do Planejamento de impor um teto de três remunerações para pagamento da PLR. Isso porque, a folha de pagamento da empresa é de aproximadamente R\$ 220 milhões/mês. Para a FUP esta proposta é absurda e vai contra a política de redistribuição de

renda, uma das principais propostas do atual governo. Para a Federação, é inaceitável uma proposta na qual uns trabalhadores receberão, no total, R\$ 4.500,00, enquanto outros receberão até cerca de R\$ 90.000,00.

#### FUP não assina acordo

Ao contrário do que alguns Sindicatos publicaram, a Federação não assinou o acordo de adiantamento da PLR no dia 16 e está iniciando a campanha indicando aos Sindicatos que realizem setoriais para apresentar o balanço da empresa aos trabalhadores e discutir formas de mobilização durante o mês de março culminando com o ato nacional, no dia 31, quando acontecerá a assembleia dos acionistas da Petrobrás.

### FUP apresentará novo projeto de Lei do Petróleo

A Federação realizará na segunda quinzena de março um seminário para a elaboração de um projeto de lei para substituir a atual Lei de Petróleo, aprovada no governo Fernando Henrique, em novembro de 1995 através da Emenda Constitucional nº9. A Lei vigente mudou o setor petrolífero brasileiro, permitindo que atividades, até então sob o monopólio da União, pudessem ser exercidas por outras empresas, além da Petrobras.

O objetivo da FUP é desenvolver uma ampla Campanha Nacional por uma nova Lei do Petróleo a ser formulada em conjunto com os Sindicatos e encampada por outras entidades sindicais, movimentos sociais, OAB, ABI, ONG's e instituições de ensino, como universidades e centros tecnológicos. Por se tratar de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, previsto no artigo 252 da Constituição Federal, o projeto da FUP deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional com um milhão de assinaturas.

A FUP está orientando os Sindicatos a promoverem a discussão sobre a nova legislação e encaminharem as suas propostas, até o dia 10 de março. A Federação fará a sistematização do material enviado pelos Sindicatos que será debatido durante o semi-

nário.

#### Federação já deu início ao debate

A proposta de criação de uma nova Lei do Petróleo segue a linha da Ação Direta de Inconstitucionalidade da atual legislação, impetrada pelo governador do Paraná, Roberto Requião, que aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal. Em janeiro deste ano, durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a FUP, junto da Confederação Nacional dos Químicos, realizou uma oficina sobre as *Consequências para a sociedade brasileira do novo marco regulatório do setor petróleo no Brasil*, tendo como resultado uma série de propostas entre elas a continuidade do movimento de resistência ao 7º Leilão da ANP e a revisão do papel da CNPE e da própria agência nacional.

#### Julgamento da Adin é adiado

O julgamento da ação de inconstitucionalidade da Lei de Petróleo que deveria ter acontecido no último dia 17, no Supremo Tribunal Federal, foi adiado para esta quarta-feira, dia 2 de março. A Federação entende que diante do novo adiamento é necessário reforçar ainda mais a campanha contra o 7º Leilão da ANP, previsto para outubro deste ano.

### Informes sobre a Comissão de PCAC

Na reunião da Comissão de PCAC, dia 25, antes de iniciar a discussão do novo Plano, a FUP cobrou mudanças na metodologia de concessão níveis, atualmente concentrada nas decisões do corpo gerencial da empresa. A Federação lembrou que há vários trabalhadores que estão sem receber nível há mais de quatro anos. A FUP quer que no Fórum de debate sobre o novo Plano sejam definidos critérios técnicos e objetivos para a progressão com a participação dos trabalhadores na sua elaboração.

Também foi cobrada uma posição da empresa sobre o problema das distorções dos salários iniciais das carreiras da Transpetro em relação à Petrobrás. A empresa apresentou à Federação suas premissas para elaboração do novo Plano de Cargos que deve ser implementado em 18 meses. A empresa já realizou uma pesquisa junto a empresas estatais e privadas de vários setores que adotaram modelos diferentes de planos, por função, posição ou carreira única.

A apresentação da empresa será enviada aos Sindicatos e a Federação indica que as entidades façam reuniões setoriais para discutir as premissas da empresa. Além da participação do técnico do Dieese, a FUP está contratando assessoria especializada em Plano de Cargos para participar das discussões junto à empresa. A próxima reunião do Fórum sobre o novo Plano de Cargos será no dia 5 de maio.

## FUP cobra participação efetiva dos trabalhadores na gestão da AMS

Na reunião da Comissão de AMS da Petrobrás, no último dia 23, foi apresentada à FUP a nova equipe do RH que irá gerenciar o Programa da AMS. Mais uma vez, a FUP cobrou a participação efetiva dos trabalhadores na gestão da AMS. Para a Federação, as reuniões mensais não são suficientes para o acompanhamento da gestão do Programa. A Federação reivindicou também a participação no GT criado pela empresa que realizará um diagnóstico da AMS e apresentará propostas de melhorias.

### Custeio

A empresa apresentou os custos do Programa em 2004 e informou que a relação no custeio entre a empresa e os trabalhadores é de, respectivamente, 75% a 25%, quando o limite máximo para ambos, definido no Acordo Coletivo, é de 70% a 30%. Para manter a relação prevista no Acordo, a empresa propõe um reajuste na Tabela de Grande Risco. A FUP defende que, antes de qualquer reajuste, é necessário melhorar a administração da AMS, o que só será possível com a participação dos trabalhadores na gestão. Portanto, só aceitaremos qualquer discussão de reajuste após a empresa concordar com a participação efetiva da categoria na gestão do Programa. Caso contrário, a Federação só negociará qualquer reajuste na tabela quando os salários forem reajustados e, assim mesmo, tendo como teto o reajuste que for aplicado na tabela salarial. Em contrapartida, a FUP, mais uma vez, cobrou a implantação do cartão eletrônico em substituição à carteira de papel, o que melhoraria a fiscalização e controle do Programa, evitando fraudes e reduzindo os custos no pagamento dos credenciados.

## Empresa pede 30 dias para responder demandas da terceirização

Na reunião da Comissão de Terceirização, no último dia 23, a FUP solicitou acesso aos novos contratos com empresas terceirizadas pela Petrobrás. Também foi pedida uma listagem com os nomes dos sócios das empresas e dos trabalhadores contratados, com a discriminação de tempo de serviço, local e demais registros trabalhistas. A empresa informou que dará uma resposta à Federação em um prazo máximo de 30 dias.

Sobre a periculosidade em áreas de refino, a Federação questionou se estaria sendo feito o pagamento dos adicionais devidos a esses trabalhadores. A empresa informou que a garantia do pagamento da periculosidade consta dos novos contratos e sugeriu que a Federação analise os casos em que este direito não estiver sendo cumprido. Em relação aos aposentados que estão

A Federação cobrou, ainda, esclarecimentos sobre a mudança das tábuas de mortalidade que são adotadas para definir os compromissos da empresa com a AMS e a apresentação de todos os registros contábeis do Programa no Balanço Anual da empresa desde a implantação do Fundo do Grande Risco, em 1997.

### Qualidade e unificação da rede

A FUP pediu explicações sobre os descredenciamentos que estão ocorrendo em algumas cidades do estado do Rio e em Belém (PA) e solicitou um mapeamento da rede de credenciados por especialidade, em cada cidade em que residem os usuários. A empresa informou que deverá apresentar as informações solicitadas na próxima reunião.

A Federação propôs a unificação da rede para todo o Sistema Petrobrás, já que a BR Distribuidora possui uma outra rede de credenciados. Propôs também a criação de convênios e parcerias com outros planos de saúde de empresas estatais ou públicas, principalmente em locais onde haja carência de credenciados ou de determinadas especialidades. Cobrou a realização de pesquisas periódicas sobre a qualidade do programa e mudança radical no informativo da AMS para os usuários. A empresa concordou com as propostas.

### Pleitos e reivindicações

A FUP reivindicou a inclusão de novos procedimentos no Programa: cirurgia de miopia além do grau 7 e implante dentário. Foi solicitado, ainda, um estudo de impacto financeiro para a inclusão de pai e mãe dos titulares no Programa. A empresa apresentará parecer técnico sobre estes pleitos na próxima reunião.

trabalhando nas áreas da Petrobrás, a FUP exigiu que a empresa proíba o ingresso nas suas áreas de qualquer aposentado contratado por empresas prestadoras de serviço. Esta exigência é uma decisão política do movimento sindical e visa à criação de postos de trabalho e à redução do desemprego no nosso país. A empresa mais uma vez não respondeu, afirmando apenas que vai analisar a exigência do movimento.

A FUP exigiu ainda que a empresa garanta, nos contratos com as prestadoras de serviço, o mesmo regime praticado para os petroleiros diretos. Cobrou também a igualdade dos direitos e adicionais para os professores da Escolinha Esperança, na unidade produtiva de Urucu, no Amazonas. A empresa também solicitou um prazo de trinta dias para se pronunciar sobre estas demandas.

## fique de olho

### Eleições da Petros: Opositores à direção do Sindipetro-RJ paralisam apuração

Durante o fechamento deste boletim, foi confirmada a suspensão da apuração da eleição da Petros através de uma ação judicial impetrada pelos candidatos ao Conselho Deliberativo, integrantes da dupla 1, opositores à atual direção do Sindipetro-RJ. Leia mais na próxima edição do Primeira Mão.

## Exposição ao Benzeno foi causa da morte de trabalhador em Cubatão

No último dia 22, o Sindipetro do Litoral Paulista (Cubatão) recebeu o comunicado do INSS de que a CAT aberta pela entidade junto da DRT/SP sobre a morte do companheiro Roberto Viegas Krappa teve o nexo causal reconhecido. Foi caracterizado que a exposição ao Benzeno levou à morte o trabalhador. O Sindipetro está tomando as medidas necessárias, junto à empresa, para que sejam garantidos todos os direitos da família do trabalhador. Na ocasião do acidente, em 2004, a Petrobrás se negou emitir a CAT e investigar a causa da morte do companheiro.

Em 2001, o Sindicato fez uma denúncia ao Ministério Público de alterações hematológicas verificadas nos exames feitos entre os trabalhadores. O MP acatou a denúncia e, em 2004, foi constituído um grupo de trabalho (GT Refinarias) para auxiliar nos pareceres sobre a exposição dos trabalhadores nas áreas de produção. Após a pressão do Sindicato e os pareceres apresentados pelo GT, 14 operadores foram afastados por suspeita de contaminação e 750 trabalhadores, todo o efetivo de turno, estão sendo acompanhados através de exames de sangue periódicos.

### Na Bahia, mais um trabalhador é vítima fatal de acidente de trabalho

O acidente ocorreu em uma obra contratada pela Petrobrás, na cidade de Cairu, no Recôncavo Bahiano. Na semana passada, numa obra do Projeto Manati, uma tubulação se desprendeu atingindo um dos trabalhadores que morreu em seguida. A Petrobrás ainda não esclareceu as causas do acidente. A FUP espera que a empresa envie à entidade uma cópia do relatório com os fatos ocorridos durante o acidente ainda esta semana.